

Aline de Figueirôa Silva

P

OR *UMA* EPISTEMOLOGIA
CONTEMPORÂNEA DA PAISAGEM:
ENSAIO SOBRE CINCO
PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

054

pós-

RESUMO

Este artigo consiste numa reflexão sobre os textos reunidos na coletânea “*Cinq propositions pour une théorie du paysage*”, originalmente publicada em francês, em 1994. Busca discutir os argumentos dos autores, na intenção de sistematizar alguns fundamentos para o estudo da paisagem e articular suas reflexões, ora reconhecendo pontos de intersecção, ora apontando particularidades em cada um dos textos. Neste sentido, propõe-se a ser uma visão de conjunto dos textos, sem o objetivo de oferecer uma resenha de cada artigo. Referenciados em diferentes disciplinas, que vão desde a história e a geografia até a antropologia e a sociologia, passando pela arte, literatura, linguística e filosofia, os cinco textos ancoram, em seu conjunto, um substantivo *corpus* teórico para uma epistemologia contemporânea da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem. Teoria. Epistemologia. Contemporaneidade. Interdisciplinaridade.

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.v21i36p54-68](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.v21i36p54-68)

PÓS V.21 N.36 • SÃO PAULO • DEZEMBRO 2014

POR UNA EPISTEMOLOGÍA
CONTEMPORÁNEA DEL PAISAJE:
ENSAYO ACERCA DE CINCO
PROPOSICIONES TEÓRICAS

RESUMEN

Este artículo trae una reflexión acerca de los textos recogidos en el libro "*Cinq propositions pour une théorie du paysage*", publicado originalmente en francés, en 1994. Lo que se busca es discutir los argumentos de sus autores, con el objetivo de sistematizar algunos fundamentos para el estudio del paisaje y articular sus reflexiones, ora reconociendo puntos de intersección, ora apuntando particularidades en cada uno de los textos. En este sentido, se propone ser una visión general de la compilación, sin el objetivo de ofrecer una reseña de cada ensayo. Apoyados en diferentes disciplinas, que van desde la historia y la geografía, hasta la antropología y la sociología, pasando por el arte, la literatura, la lingüística y la filosofía, los cinco textos aportan, en conjunto, un significativo *corpus* teórico para una epistemología contemporánea del paisaje.

PALABRAS CLAVE

Paisaje. Teoría. Epistemología. Contemporaneidad.
Interdisciplinariedad.

TOWARD A CONTEMPORARY
EPISTEMOLOGY OF THE LANDSCAPE: AN
ESSAY ON FIVE THEORETICAL
PROPOSITIONS

ABSTRACT

This article examines texts compiled in the book "*Cinq propositions pour une théorie du paysage*," originally published in French in 1994. It discusses the arguments put forward by the authors of that book to systematize some principles of landscape study as well as connect ideas by either recognizing common concepts or identifying particularities in the texts. Our intention is to provide a comprehensive overview of these texts, rather than a critical review of each of the five individual texts. The texts refer to different disciplines, ranging from history and geography to anthropology and sociology, as well as the arts, literature, linguistics, and philosophy. As a whole, they embody a significant theoretical *corpus* toward the contemporary epistemology of landscape.

KEY WORDS

Landscape. Theory. Epistemology. Contemporaneity.
Interdisciplinarit.

O presente ensaio consiste numa reflexão sobre os textos reunidos na coletânea “*Cinq propositions pour une théorie du paysage*”, organizada por Augustin Berque e originalmente publicada em francês, em 1994¹. A tradução para o português nos chega sob a forma de um “caderno de estudo”, organizado pelo professor Vladimir Bartalini (2013) e intitulado “Paisagem Textos nº 2”, com o objetivo de fomentar as atividades de pesquisa em “Paisagem & Ambiente”, do Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo².

Nosso exercício consiste em perscrutar a constituição dos argumentos dos autores, sistematizar alguns fundamentos para o estudo da paisagem e articular suas reflexões, ora reconhecendo pontos de intersecção, ora apontando algumas particularidades em cada um dos textos. Neste sentido, propõe-se a ser uma visão de conjunto, sem a pretensão de oferecer uma resenha de cada artigo individualmente. Exercício que, por paráfrase ao título da coletânea e às possibilidades encarnadas em cada um dos artigos, intitulamos “Por uma epistemologia contemporânea da paisagem: ensaio sobre cinco proposições teóricas”.

Por um lado, as cinco proposições pertencem a uma genealogia comum: a base pedagógica do DEA, o Doutorado em “Jardins, Paisagens, Territórios”, que, desde 1991, associa a Escola de Arquitetura de Paris - La Villette e a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França.

Por outro lado, apesar de sua vinculação institucional, os ensaios apresentam diferenças de abordagem e quanto à fundamentação dos argumentos, ora mais apoiados em investigações históricas e antropológicas, artísticas, linguísticas e literárias (Berque, Lassus, Roger), ora mais orientados pela sociologia e geografia (Conan, Donadieu), se não de forma exclusiva, ao menos de modo predominante, mesmo porque a definição de fronteiras disciplinares não está no escopo do livro, nem da nossa abordagem.

Um fundamento comum ao conjunto dos textos é a não redução da paisagem a um conceito ou definição fechada, mas a opção por uma certa determinação a partir de noções, mais do que simples neologismos, forjadas pelos autores: a “mediança”, para Berque, a “artialização”, para Roger, ou o “emblema”, para Conan. Ou seja, a paisagem não é uma categoria dada, mas se constitui *a posteriori*, sem renunciar nem se restringir a uma condição *a priori*: o “meio”, em Berque, o “país”, em Roger, ou os “ritos sociais”, em Conan. A paisagem, portanto, não é o meio, nem o país, nem os ritos sociais de que está embebida, mas se funda na existência deles.

Neste sentido, um esforço praticado por alguns autores, especialmente Berque, Conan e Roger, é o de diferenciar a paisagem de outras categorias correlatas ou arbitrariamente utilizadas como suas substitutivas: meio ambiente, território, espaço e lugar; sem, contudo, caírem na definição de

¹ Ensaio originalmente elaborado por ocasião da disciplina AUP 5810 – Paisagismo, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, ministrada, no 1º semestre de 2012, pelo Prof. Dr. Vladimir Bartalini, a quem gentilmente agradecemos a cessão dos textos vertidos ao português.

² Para as citações, indicamos as páginas dos originais em francês, mas utilizamos as versões traduzidas (BARTALINI, 2013) dos textos “Paisagem, Meio, História” (Paysage, Milieu, Histoire, Augustin Berque); “A invenção das identidades perdidas” (L’invention des identités perdues, Michel Conan); “Para uma conservação inventiva do território” (Pour une conservation inventive des paysages, Pierre Donadieu); “A obrigação da invenção da paisagem às ambiências sucessivas” (L’obligation de l’invention du paysage aux ambiances successives, Bernard Lassus); “História de uma paixão teórica ou como se tornar um Raboliot da Paisagem” (Histoire d’une passion théorique ou: comment on devient un Raboliot du Paysage, Alain Roger), pois não se trata de “tradução nossa”. Ao final, na bibliografia, indicamos a coletânea organizada por Berque.

cada uma delas, o que igualmente resultaria num exercício pouco proveitoso, se não inteiramente infrutífero.

Outro fundamento, presente no conjunto de textos e enunciado por Berque na introdução da coletânea, é a noção de que a paisagem é, necessariamente, dialética, pois não se reduz puramente à “morfologia do ambiente”, nem apenas a uma “psicologia do olhar”; não se trata somente da “constituição material das coisas”, ou da “instituição mental da realidade”; não se resume aos “dados visuais do mundo que nos envolve”, tampouco à “subjetividade do observador” (BERQUE, 1994, p. 5).

Dito de outra maneira, a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos. [...] É na própria complexidade deste cruzamento que se fixa o estudo paisagístico. (BERQUE, 1994, p. 5)

Fundamento que se infere à luz das investigações históricas e antropológicas, na medida em que estas nos indicam que a paisagem não é invariável em todas as épocas e para todas as sociedades. Do contrário, isto é, se a paisagem existisse como tal ao longo de todos os períodos históricos e para todos os grupos humanos, ela somente se constituiria de seu suporte objetivo, posto que fixa ou imutável diante da subjetividade do olhar. Deste modo, a paisagem é dialética, relativa e dinâmica.

Tais aferições históricas e antropológicas, aliás, lastreiam profundamente a proposição teórica de Berque. Vejamos sua imersão no Oriente, mais precisamente em Hokkaido, Japão, e os ensinamentos que esta experiência lhe proporcionou, quando afirma que “foi preciso viver nesta ilha e estudar sua história para compreendê-la” (BERQUE, 1994, p. 13).

Da vivência e do estudo da história, ou seja, a partir do contato empírico com as práticas culturais locais, e da reflexão sobre fatos do passado dessa civilização específica, além de sua incursão na China e na Índia, e ao contrapô-los a seus próprios valores ocidentais, Augustin Berque se/nos propõe a “duvidar da paisagem” e nos convida a não “projetar no outro nossos próprios modos de ver”, mas, “tomar distância de nós mesmos, imaginar como o mundo é percebido em outras culturas, em outras épocas, em outros meios sociais” (BERQUE, 1994, p. 15). Nesta contraposição, aponta que a noção de paisagem é uma elaboração cultural, não existe sempre e em todo lugar, e afirma:

Houve civilizações não paisagísticas – civilizações em que não se sabia o que é a paisagem: não havia palavras para dizê-la, nem imagens para representá-la, nem práticas para testemunhar sua apreciação... Em suma, não havia paisagem. (BERQUE, 1994, p. 15)

Berque (1994, p. 16) elege e articula, então, três ramos do conhecimento humanístico – linguística, história e antropologia –, ao formular quatro critérios para identificar se uma civilização é (ou não) paisagística: i) uso de uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; ii) uma literatura (oral ou escrita) descrevendo paisagens ou cantando sua beleza; iii) representações pictóricas de paisagens; iv) jardins para deleitar-se.

Segundo o autor, a história mostra que o primeiro critério é mais discriminante e implica os outros três. Várias culturas não apresentam nenhum

dos quatro critérios, ao passo que todas as grandes civilizações demonstraram pelo menos um dos três últimos. E duas delas – a China, a partir do século 4, e a Europa, a partir do século 16 –, apresentaram todos os critérios paisagísticos. Em síntese, Berque parte de evidências empíricas relativas à paisagem – palavras para dizê-la, imagens para representá-la, práticas para apreciá-la –, sistematiza-as em forma de critérios, os quais podemos tomar hoje como categorias ou fontes de pesquisa para seu estudo.

Tais critérios sinalizam o tratamento da língua (o sistema de comunicação), do léxico (o conjunto de palavras) e da literatura (o conjunto de obras), e um razoável conhecimento acerca de grupos culturais distintos, num relativo arco temporal.

Analogamente, considerando que a língua, assim como a paisagem, é uma constituição histórica e cultural, o estudo da origem das palavras e sua variação ao longo do tempo (o que, portanto, não se trata apenas de uma etimologia, mas do entendimento do léxico em seus diferentes contextos temporais, espaciais e disciplinares) também é, além da arte, uma das bases da argumentação de Alain Roger.

Para explicitar o conceito de artialização, neologismo por ele forjado, Roger, que antes de tudo se define como um caçador-*raboliot*, parte do famoso aforismo wildiano em forma de paradoxo: “é a vida que imita a arte”. O filósofo adota o corpo feminino como ponto de partida, considerando que o seu “princípio da ‘dupla artialização’ funcionava muito bem no domínio do Nu”, o qual explorava havia dez anos por meio da literatura (ROGER, 1994, p. 113). A nudez, que em si mesma é neutra, pode ser convertida efetivamente em objeto estético de dois modos.

O primeiro consiste em inscrever o código artístico na substância corporal, e são todas estas técnicas, tidas como arcaicas, que os etnólogos conhecem bem – pinturas faciais, tatuagens, escarificações – que visam a transformar a mulher em obra de arte ambulante, ora multicolorida, ora cinzelada, ora esculpida, conforme a sentença da arte se aplique, se imprima, se incruste, se encarne... [...] O segundo procedimento é mais econômico, mais sofisticado, e sem dúvida mais recente na história da humanidade. Ele consiste em elaborar modelos autônomos, pictóricos, escultóricos, cinematográficos etc., que são classificados sob o conceito geral do Nu, por oposição à nudez. Mas uma etapa suplementar é então requerida, a do olhar, que deve, com efeito, impregnar-se destes modelos, modelar-se por sua vez, para artializar à distância e, literalmente, embelezar pelo ato perceptivo aquela que Musil denominava o insignificante animal branco. (ROGER, 1994, p. 113-114)

Em princípio, sabemos que “nu” é atributo ou qualitativo (e não o antônimo) de “nudez”. Mas, para Roger, o “nu” é a nudez que passou pelo processo de artialização. Na desconstrução léxica e sequente reconstrução filosófica de Roger, vemos que um corpo desnudo, quando artializado, o nu tatuado, se opõe à nudez. A afirmação sobre a importância do olhar, para além do suporte objetivo, nos conduz novamente à paisagem como categoria dialética, já expressa por Berque.

Por analogia, Roger estabelece um outro componente da artialização, aquele que opera diretamente sobre o terreno, de modo que, à dualidade “Nudez-Nu”, associou o par “País-Paisagem”, tomado de empréstimo de Girardin.

Ao longo dos caminhos, e mesmo nos quadros de artistas medíocres, apenas se vê o país; mas uma paisagem, uma cena poética, é uma situação escolhida ou criada pelo gosto e pelo sentimento. (GIRARDIN apud ROGER, 1994, p. 114)

Segundo Roger (1994, p. 114), “há o país, mas há Paisagens, como há nudez e Nus”. A arte é uma condição *sine qua non* para a manifestação da ideia de paisagem, pois a natureza é indeterminada e apenas recebe suas determinações da arte. À neutralidade da nudez, ele relaciona a neutralidade do país, que, em si, é o “grau zero” da paisagem. E opera com a dupla artialização: nu-nudez (*in visu*, indireta ou pelo olhar) e país-paisagem (*in situ*, direta ou sobre o terreno), seja esta livre, a partir de um quadro ou livro, seja aderente, a partir de um jardim, por exemplo. A dualidade país-paisagem também comporta distinções léxicas, quando se percorrem diversas línguas vernáculas do Ocidente, inclusive o português.

Land-landscape em inglês, *land-landschaft* em alemão, *landschap* em holandês, *landskap* em sueco, *landskal* em dinamarquês, *país-paisaje* em espanhol, *paese-paesaggio* em italiano, mas também, em grego moderno, *topos-topio*, onde, de novo, um elemento comum associa os dois termos. (ROGER, 1994, p. 115)

Ainda nos parece oportuno recuperar a discussão sobre “Paisagem e Ambiente” formulada por Roger, colocando a arte e a paisagem de um lado, e a ecologia e o ambiente do outro, de posse de um instrumental teórico, mas também de uma perspectiva histórica.

O ambiente [...] é um conceito recente, de origem ecológica, e merecedor, como tal, de um tratamento científico. A paisagem [...] é um conceito mais antigo, de origem artística, e dependente, por isso, de uma análise estética. (ROGER, 1994, p. 121)

“Ecologia” e “ecossistema” foram palavras/conceitos criados a propósito de uma validação científica e acabaram por fomentar as teorias do “meio ambiente”, as quais, na ótica de Roger, somente são aplicáveis à paisagem reduzida à sua base natural, o que não impede que se outorgue à paisagem um tratamento científico. Roger explora a genealogia dos conceitos e polemiza:

A Paisagem e o Ambiente têm origens e histórias distintas, que deveriam assegurar suas respectivas autonomias. O fato de, há quase um século, em nome do rigor científico, a geografia e a ecologia terem querido se apropriar, e como que fagocitar, a paisagem, não afeta a irredutibilidade estética desta e nos obriga, ao contrário, a refutar este ecolonialismo e esta geofagia, se me permitem estes neologismos, e a conter tanto a ecologia como a geografia, nos limites de suas competências. [...] E mantereí minhas posições até que me demonstrem que uma ciência do belo é possível, que o belo é quantificável, e que existe uma unidade de medida estética ou algum outro parâmetro análogo ao decibel dos incômodos sonoros. Isto não quer dizer que um estudo geográfico ou ecológico do lugar – que eu chamo de país, por oposição à paisagem –

seja supérfluo, muito pelo contrário. O conhecimento dos geossistemas, como o dos ecossistemas, é indispensável, mas ele não nos faz avançar um passo na determinação dos valores paisagísticos, que são essencialmente culturais. (ROGER, 1994, p. 122-123)

Em outros termos, a paisagem, para Roger, não se esgota na dimensão do comensurável, dos índices e indicadores elaborados pela ecologia ou pela geografia, no domínio da cientificidade, o que também é tratado por Donadieu, à luz de outros argumentos. Recorrendo a um de seus pares, Roger afirma:

Há uma diferença, uma irredutibilidade entre água limpa e paisagem. Pode-se muito facilmente imaginar que um lugar poluído seja uma bela paisagem e que, inversamente, um lugar não poluído não seja necessariamente belo. (LASSUS apud ROGER, 1994, p. 123)

Se podemos deduzir a articulação entre linguagem, história e construção teórica em Berque e Roger, vejamos outras aproximações no texto de Bernard Lassus. A proposição de Lassus, de algum modo, nos conduz ao campo da preservação cultural (que, no âmbito das categorias do patrimônio, engloba os jardins históricos), ao enunciar noções e princípios constitutivos da Carta de Florença (1981), ou da Teoria da Restauração, como “intervenção mínima”, “adição”, “reversibilidade” e “inventário”. O que se explica, supomos, por sua condição de artista plástico e arquiteto paisagista, autor de instalações e projetos construídos, e que, por ofício, intervém fisicamente na paisagem, inclusive em alguns jardins franceses tradicionais.

No entanto, ao elaborar a metáfora da tulipa, o próprio Lassus indica que intervir numa paisagem não implica, necessariamente, realizar uma transformação física sobre ela. “Deste ponto de vista, a intervenção mínima consiste em trazer outras dimensões sensíveis ao que já está lá” (LASSUS, 1994, p. 92).

Nos projetos para o *Jardin des Retours* (Jardim dos Retornos) e o *Jardin des Tuileries* (Jardim das Tulherias), Lassus reconhece o dado natural (inventário físico), o dado patrimonial (inventário histórico) e o dado social (inventário das práticas), com os quais julgava necessário trabalhar, a fim de evidenciar seu partido, o que pressupõe uma “análise inventiva”.

O caso do *Jardin des Tuileries* nos coloca expressamente diante de um dos princípios da Carta de Florença, quanto à restauração de um “jardim histórico”: a recomendação de que não se privilegie uma época em detrimento de outra, mas se reconheça sua historicidade, o que Lassus denomina de entrelaçamento.

Devia-se privilegiar Le Nôtre em detrimento dos Mollet ou de Duperyac, o jardim do século 19 ou o lugar tal qual ele era na época da Revolução? Devia-se, ao contrário, privilegiar a época atual? Eu não queria escolher por eliminação. Cada um destes estratos tinha razões para estar presente. Preferi então perpetuar as diversas intervenções dos paisagistas que ali se sucederam. Dito de outra maneira, tratava-se ao mesmo tempo de respeitar suas contribuições e de retomá-las em uma outra forma; foi o que eles mesmos fizeram no seu tempo. A isto eu chamei de entrelaçamento. (LASSUS, 1994, p. 96-98)

A opção por perpetuar traços das diversas intervenções que se sucederam nesse jardim e potencializar seu conhecimento liga-se ainda à própria noção de “intervenção mínima” no campo da restauração. Em outras palavras, nesta dimensão praxiológica, Lassus contribui para que futuras gerações de paisagistas/restauradores continuem lendo e interpretando as camadas temporais do jardim/paisagem, inclusive as marcas/pistas que ele próprio deixou.

O projeto do *Jardin des Tuileries* ainda sugere outras aproximações com a Carta de Florença e com o debate contemporâneo – e questão basilar – na restauração de jardins históricos: a dialética entre permanência e transformação e a compreensão de seus diferentes estágios, o que Lassus formula nos termos de “diferença entre fixidez e processo de evolução”.

Reinventar-se dando continuidade, por uma criação contemporânea (na escala do conjunto do lugar e não somente por uma simples adição formal localizada), à lógica de articulação entre as composições sucessivas do lugar no decorrer do seu desenvolvimento [...]. O desenvolvimento progressivo do jardim não resulta de adições sucessivas de partes novas, mas de uma sucessão de re-escrituras sobre o mesmo espaço e de reinterpretações, pela sociedade que o utiliza, do sentido do jardim a cada momento de sua história [...]. É então preciso tornar esta multiplicidade do lugar poeticamente sensível e trazê-la até o presente. (LASSUS, 1994, p. 98)

É possível que essas experiências realizadas por Bernard Lassus guardem certa proximidade temporal com as discussões instauradas a partir da Carta de Florença, na década de 1980. Os jardins, a propósito, ocupam um locus privilegiado na constituição de três das cinco proposições, comparecendo, de modo manifesto, em Berque e Lassus, mas também em Roger (neste último caso, mais desenvolvido em seu livro “*Breve tratado del paisaje*”). Uma das mais antigas formas de mediança do homem com seu meio, os “jardins para deleitar-se” vêm a constituir, na teoria de Berque, um dos quatro critérios para reconhecer uma civilização como paisagística.

O ensaio de Lassus problematiza o conceito de “intervenção” e consubstancia alguns fundamentos para a preservação de sítios reconhecidos como patrimônio por seus valores culturais³, ou, mais especificamente, por seu conteúdo histórico e artístico.

Embora não seja, *stricto sensu*, um texto sobre projeto paisagístico ou patrimônio cultural, ilumina dois temas: a gestão da paisagem e a relação dialética entre permanência e transformação. Ambos, por sua vez, estão no cerne da proposição de Pierre Donadieu, operoso na utilização de pares dicotômicos: “frear x induzir”; “conservação x desenvolvimento”; “estabilidade x mobilidade”; “imobilização x transformação”; “congelamento x expansão”; “estruturas estáveis e duráveis x estruturas flexíveis e lábeis”. Mais do que um recurso retórico, entendemos que tais antinomias são sintomáticas da condição dialética imputada à paisagem.

Todavia Donadieu desloca sua atenção para “os espaços sem qualidade”, para “a natureza comum”, para “o campo”, para “os territórios rurais”, para “o espaço agrícola abandonado”, tomando a atual demanda pela paisagem como

³ O reconhecimento de um bem como patrimônio cultural, tal como está formulado pelos órgãos de preservação, em sua prática cotidiana, e na Teoria da Conservação, ao menos no Ocidente, se dá a partir da atribuição dos mais diversos valores – de antiguidade, histórico, artístico, arqueológico, etnológico, científico, literário, religioso, legendário, toponímico, ecológico, de uso etc. –, os quais, em seu conjunto e de modo intrincado, são tidos como valores culturais.

um desafio a ser enfrentado pelos gestores, ao menos na França. Essa demanda atual não se limita àquela do século 18 – o espetáculo da natureza –, nem se esgota na do século 20 – o modo de vida –, mas se fixa no cruzamento de ambas, no nosso desejo de frear ou de induzir a evolução das paisagens; no conflito entre os “olhares interiores” e “os olhares exteriores” sobre os territórios.

De fato, a demanda social da paisagem, muito mal conhecida, fica dividida entre o desejo de conservar os lugares memoráveis e o de ver perdurar a vida social e econômica do campo. Se se quer o espaço rural como espetáculo e, ao mesmo tempo, como meio de vida, em que condições é possível agir tanto sobre os olhares quanto sobre os processos de produção das paisagens? (DONADIEU, 1994, p. 53)

O olhar exterior ou exógeno sobre os territórios rurais, seja o do cidadão permanente, seja o do turista de passagem, pouco ou nada se interessa pelos processos de (re)produção da paisagem. Contemplativo e ao mesmo tempo exigente, está impelido por sua capacidade de prover diversões e sensações, novas ou convencionais, e usufruto do patrimônio natural ou histórico – ar fresco, refúgio, descanso, desafogo da cidade, fauna e flora, marcos e monumentos.

O olhar interior ou endógeno sobre os territórios rurais corresponde àquele de quem o produz e o habita, e não se interessa pelo consumo/consumação lúdica da paisagem, mas dirige-se ao reconhecimento identitário que o território lhes possibilita, pois nele estão inscritos os mitos, os ritos, os conflitos e as histórias locais, tema que também é tratado por Michel Conan.

Esse antagonismo de percepção e de demandas sobre a paisagem e as controvérsias socioeconômicas que delas emanam nos conduzem a outros dois pontos: as bases sobre as quais são tomadas as decisões referentes ao futuro dos territórios, e o fato de que a evolução das paisagens afeta ambos os olhares.

A demanda pela paisagem, que se confunde quase sempre com a exigência de um ambiente seguro, saudável e confortável, ultrapassa atualmente o limite dos espaços estritamente protegidos por lei. Mas é forçoso constatar que a oferta está ainda limitada aos sítios protegidos, parques e reservas naturais (entre 15 e 20% da superfície da França) [...]. Em resumo, a política francesa da paisagem continua patrimonial e conservadora. Ela administra, segundo uma estratégia de segregação espacial, a memória cultural e o patrimônio genético, mas não se presta nada, ou muito pouco, a antecipar o futuro de espaços sem qualidade. (DONADIEU, 1994, p. 56)

Ao evocar a imobilização das paisagens como um desejo coletivo dos franceses, e a dramatização dos processos de transformação das paisagens pelos militantes ecologistas, o autor nos deixa numa encruzilhada. Por um lado, admite, no lastro de seus pares Berque e Roger, que, embora “os modelos pictóricos e literários de paisagem” estejam obsoletos, estes ainda permanecem “vivos e generalizados” (DONADIEU, 1994, p. 57). E, por outro lado, considera que “a doutrina funcionalista do higienismo e do espaço verde é, do mesmo modo, datada e persistente” (DONADIEU, 1994, p. 57).

Eis outro fundamento: todos os autores reconhecem, nos atuais debates ecológicos ou ambientais, a nova entrada para o estudo da paisagem, sem renunciar ao tradicional domínio da arte, notadamente a pintura e a literatura, como já preconizado por Roger.

Donadieu (1994, p. 57) “não subestima as funções ambientais dos espaços vegetados”, mas separa “o registro das ciências da natureza daquele das representações sociais e culturais”, nas quais, entendemos, estão incluídas as artísticas. Seu ensaio, diga-se de passagem, é farto em qualitativos e neologismos: “ecofascista”, “ecoclasta”, “ecologismo”, “ecobiológicos”.

Em sua visão, cada vez mais, os defensores da “natureza” estão se tornando conscientes do interesse e da necessidade da gestão dos “ecossistemas modificados”, portanto de uma “conservação dinâmica”, expressão tomada de empréstimo de seu compatriota Jean-Claude Lefeuvre. Ao que nos parece, a “conservação dinâmica” é colocada como uma alternativa, ainda que provisória, à tradicional dialética entre permanência e transformação, na medida em que admite modos e níveis de modificação da natureza. Esta natureza seria cultivada a partir da “aliança” que a paisagem estabelece entre as tradicionais representações literárias e pictóricas e seu interesse para a segurança genética da nação.

O autor aponta, como “dois mecanismos complementares de transformação provável das paisagens”, a expansão das superfícies de exploração agrícola e, paradoxalmente, a ampliação das áreas de reflorestamento, graças a incentivos financeiros e à legislação (DONADIEU, 1994, p. 62), o que imaginamos ser um exemplo concreto da noção de “conservação dinâmica”.

A legislação institucionaliza o direito à qualidade da paisagem. Contudo um de seus limites é justamente sua incapacidade de antecipação do futuro da paisagem protegida, posto que surge para controlar, interditar, coibir uma provável perda irreparável, uma ameaça suposta. Neste aspecto, Donadieu exemplifica que as práticas sociais e coletivas de caráter preventivo em sociedades rurais tradicionais antecipam-se ao aparato jurídico das sociedades modernas, pois são uma forma de resposta adaptativa às modificações na paisagem. O desafio está colocado na esfera dos atores, do planejamento e da negociação.

As novas situações sociais que apelam por diferentes maneiras de pensar a paisagem também se encontram na origem das reflexões de Michel Conan. Se as sociedades passadas forjaram suas próprias formas de apreciar ou criar paisagens, as transformações que vimos experimentando ao longo da história nos conduzem a uma renovação das mentalidades e das relações sociais. Mais ainda, dos valores e modos de apreciação e criação das paisagens. Os grupos sociais constituem-se segundo as relações de propriedade que mantêm com o território, que são ritos de interação praticados por direito ou por costume.

O direito de passagem ou de caça, o hábito de tirar fotos, a exploração econômica de uma terra por um fazendeiro são exemplos de relações de propriedade que podem se aplicar a um mesmo território, mesmo se diferem do direito civil de propriedade da terra. (CONAN, 1994, p. 35)

Contudo diversos ritos de propriedade sobre um mesmo território concorrem para suas diferentes utilidades – social, econômica, científica, política, de lazer –, as quais não são mutuamente excludentes. Ao contrário, resultam dos interesses

da organização social, que, portanto, define a medida de cada uma dessas utilidades. A essa diversidade de interesses e padrões de utilidade corresponde uma multiplicidade de leituras de um território, a partir de um conjunto de celebrações culturais. Neste sentido, Conan afirma:

De fato, cada um destes ritos produz sentimentos, símbolos e ideais comuns, partilhados pelos membros do grupo que os pratica, sob três condições, a saber: 1) que eles gerem interações com a participação de todos os membros do grupo, conjunto ou sub-grupo; 2) que eles obedecem a modelos que especificam práticas e palavras; 3) que os grupos disponham de, ao menos, um objeto simbólico, um emblema que encarne a ideia do grupo. (CONAN, 1994, p. 36)

Portanto cada grupo social está apto a transformar em seu próprio emblema o território sobre o qual exerce uma relação de propriedade, e se atendidas essas três condições: “sentimentos, ideais e símbolos específicos do grupo são produzidos segundo os rituais que lhe são próprios”, de modo que o valor emblemático de um território será diferente, conforme a relação de propriedade contribua para uma ou outra utilidade (CONAN, 1994, p. 36-37).

A paisagem é um símbolo do grupo que se torna coeso ao apropriar-se, mediante formas de experiência ritualizadas, de um lugar que lhe assinala uma identidade esquemática, e o valor que lhe é atribuído é um símbolo dos ideais coletivos do grupo. Por sua materialidade, pelo valor de representação e pelo sentido que lhe é adicionado, ele constitui um emblema do grupo. (CONAN, 1994, p. 37-38)

Em Conan, a paisagem/emblema também é tratada como uma categoria dialética, a partir de sua materialidade, mas também de seu valor de representação, que retrata tanto o grupo, quanto “o modo psicológico” pelo qual ele se torna coeso, seja “a meditação religiosa” ou “a apropriação estética”, seja “a exploração científica” ou “a observação ecológica”, entre outras possibilidades de invenção (CONAN, 1994, p. 38).

A prática da experiência ritual da paisagem suscita, assim, um simbolismo coletivo. [...] Por outro lado, se, fora dos rituais de apreciação da paisagem, a convivência gera conflitos ou contradições no grupo social, isto acaba refletido na paisagem. Pelo contrário, se os grupos só existem por ocasião dos rituais de apreciação da paisagem, porque seus membros não vivenciam em conjunto outros ritos de interação, a paisagem simboliza a harmonia. (CONAN, 1994, p. 38-39)

A paisagem pode, então, engendrar simbolismos coletivos bastante diferentes entre si, em que cada um contribui para a orientação das práticas dos membros do grupo, seja no sentido de ditar “uma moral da organização”, seja por suscitar “um engajamento afetivo”, por exemplo. Esta moral da organização nos faz discernir entre os atos que são favoráveis à paisagem e aqueles que lhe são condenáveis, ao passo que esse engajamento afetivo amplia nossa capacidade de mobilização em favor de um interesse coletivo, mas reduz nossa faculdade de reflexão crítica. O respeito ou a recusa a tal moral (a experiência

ritual da paisagem) sinaliza a nossa garantia de pertencimento ou de exclusão do grupo. Considerando que diversos grupos aderem a diferentes morais de organização e coexistem num mesmo território, os conflitos entre eles pertencem à ordem dos sistemas morais, de uso ou de direito de propriedade.

De fato, se é o respeito ao ritual que dá distinção à multidão de pessoas solidárias de um grupo, o não respeito denuncia o estrangeiro e significa uma ameaça à identidade do grupo. [...] Vê-se, então, que a compreensão de uma situação conflituosa associada à transformação do uso da terra pede um exame sistemático das relações de propriedade exercidas sobre o território. (CONAN, 1994, p. 42-43)

Seguindo a ótica de Conan, é necessário identificar, caso a caso, a que grupo social o território diz respeito, em que consistem os ritos de interação entre os membros do grupo, quais são seus emblemas e que sentimentos eles suscitam, como seus ideais definem uma moral do grupo, especialmente o uso do solo.

Além disso, cada conflito local suscitado pela reconfiguração de uma paisagem pode produzir uma reverberação nacional, ou até mais ampla. Mais ainda, para situar os conflitos no campo das relações sociais a eles concernentes, é preciso, por um lado, avaliar se eles se opõem a outras morais coletivas e, por outro, quais são os principais grupos da sociedade suscetíveis de se reunir em torno de emblemas comuns. (CONAN, 1994, p. 43).

Deste modo, é possível que se criem novas identidades locais, em alianças um tanto estáveis com outras identidades preexistentes. Por isso, imaginamos que cada conflito que se sucede está investido de um valor de cognição, à medida que contribui para o debate e o reforço das nossas próprias identidades coletivas. Vejamos três conflitos dados por Conan (1994, p. 44-45).

Em primeiro lugar: “o refluxo da confiança no progresso técnico”. A sociedade da primeira metade do século 20, engendrada sob os auspícios da técnica, teve sua confiança abalada. Logo, as ideologias tecnicistas e a capacidade impositiva dos aparelhos técnicos encontram-se em transformação.

Em segundo lugar: “a exigência de consulta aos cidadãos”. Associações, habitantes novos ou antigos e grupos impactados manifestam, cada vez mais, sua vontade de se fazer ouvir, desejo este amplificado por uma miríade de organizações civis de todos os tipos, que também querem ser escutadas.

Em terceiro lugar: “a dominação paradoxal da área rural pelos cidadãos em nome de esquemas culturais antiurbanos” – choque de interesses formulado por Donadieu nos termos de “olhares internos” x “olhares externos” sobre os territórios rurais. Inúmeros habitantes das nossas cidades de hoje muito comumente opõem, em suas mentes, a cidade à natureza, ao campo, como revelam alguns estudos sistemáticos sobre representações. Apenas uma pequena fração dos cidadãos escapa totalmente a essa oposição. E, ainda que variáveis, essas representações da oposição cidade-natureza, em sua maioria, parecem nos mostrar uma busca de refúgio no campo e um apelo à natureza, face à fragmentação das identidades que a cidade engendra. Paradoxalmente, ao se

afastarem da cidade, homens e mulheres cultivam a esperança de poderem encontrar no campo sua verdadeira identidade perdida, provocando conflitos de identidade com os habitantes tradicionais.

Isto talvez esclareça um aspecto das relações, muitas vezes difíceis, entre citadinos e pessoas do campo. Estas importam sem cessar signos urbanos do progresso, perturbando profundamente as aspirações defensivas dos citadinos. Estes últimos se apóiam então em textos da lei e em práticas administrativas de uso do solo, que são concebidos por pessoas urbanas [...] fortemente impregnadas por suas representações, levando à clivagem entre cidade e natureza. [...] Pelo fato da proteção da paisagem ter por finalidade impedir modificações no território julgadas inaceitáveis pelos citadinos que ali vão procurar uma nova identidade, é preciso dar toda a atenção aos efeitos de dominação ideológica que a escolha dos esquemas da paisagem pode acarretar. (CONAN, 1994, p. 46).

Michel Conan observa que esta nova forma de conflito em nossas sociedades contribui para o reforço das identidades construídas por pequenos grupos unidos por uma relação de propriedade. Ocorrem uma proliferação e uma fragmentação das identidades locais. Em suas palavras, “uma explosão da identidade local”, o que não é “o menor dos paradoxos”.

A propósito, não são fortuitas as aproximações entre Conan e Donadieu, posto que não problematizam a paisagem e alicerçam suas proposições no campo da arte e da história, mas a partir das relações sociais/sociológicas.

Resta-nos pensar, com Conan, nos novos papéis imputados aos paisagistas. Se tais conflitos não se resolvem (re)criando paisagens, sua análise torna-se instrutiva ao debate, a fim de que o paisagista não se torne, involuntariamente, “aliado incondicional de um ator particular”. Novamente, a questão está colocada no plano da negociação. Para Michel Conan (1994, p. 48-49), o resultado desta negociação precisa ser: i) justo, posto que todas as partes tenham reconhecido mutuamente seus pontos de vista, suas morais e suas identidades; ii) eficaz, na medida em que se substitua uma situação de barganha por uma situação de coprodução (cada parte envolvida encontre um interesse específico substancial); iii) realizável; iv) durável, isto é, não corra o risco de ser rapidamente contestado e superado.

Finalmente, se a solução está para ser inventada, como disse Conan, ainda assim, torna-se útil a presença de um planejador-paisagista, na perspectiva da organização de um novo emblema. Coloca-se o desafio da mediação e torna-se ao menos legítimo nosso esforço interpretativo.

Embora intituladas teóricas, essas cinco proposições não estão isentas, em sua formulação, de casos empíricos, desde as vivências orientais em Berque, aos territórios rurais e agrícolas em Donadieu, ou às instalações e projetos de Lassus. Embora muitas vezes calcadas ou sistematizadas a partir da experiência francesa, não se restringem a ela.

Referenciadas em diferentes disciplinas, que vão desde a história e a geografia, até a antropologia e a sociologia, passando pela arte, literatura, linguística e filosofia, essas cinco proposições ancoram, em seu conjunto, um substantivo *corpus* teórico para uma epistemologia contemporânea da paisagem.

REFERÊNCIAS

BARTALINI, Vladimir. Cinco propostas para uma teoria da paisagem (apresentação e tradução). In: *Paisagem Textos* n. 2. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2013.

BERQUE, Augustin (Org.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon, 1994. 123 p.

CARTA de Florença. 1981. Versão traduzida. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=252>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 319 p.

ROGER, Alain. *Breve tratado del paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007. 211 p.

Nota do Editor

Data de submissão: Setembro 2013

Aprovação: Março 2014

Aline de Figueirôa Silva

Arquiteta e urbanista, mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, doutoranda na FAUUSP e bolsista da Fapesp. Realizou estágio doutoral como “Junior Fellow” na Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Harvard University, Washington DC (2013). Autora de “Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil, 1872-1937” (Recife, Cepe, 2010) e coorganizadora de “Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil” (Recife, Ed. UFPE, 2013).

Rua Dr. Amando Franco Soares Caiuby, 250, 61A

05640-020 - São Paulo-SP

(81) 9122-6061

(11) 95365-9429

alinefigueiroa@yahoo.com.br